

PUBLICAÇÃO DIÁRIO-AM-27.03.2024
Hospital Delphina Rinaldi Abdel Aziz
CONTRATO DE GESTÃO 01/2019 - PRESTAÇÃO DE CONTAS
MARÇO/2024

Continuação...
de. k. Patrimônio Líquido Composto pelo superávit/déficit obtido ao longo do período de existência da entidade, que não tem Capital Social, devido a sua natureza jurídica de entidade sem finalidade de lucro, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. Em 31 de dezembro de 2023, o patrimônio social é de R\$ 41.128.184 e em 31 de dezembro de 2022 - R\$ 4.848.943. Foi realizada a incorporação no valor de (R\$ 1.349.233) referente transferências com a UPA Campos Sales conforme autorização da SES AM (Oficínio 3758/2022). Sendo (R\$ 1.005.659) destinado a reforma estrutural e até (R\$ 343.574) para aquisição de móveis e equipamentos. **I. Demonstrações dos Fluxos de Caixa** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **m. Contratos de Gestão** Em 2023, a Administração do Hospital concluiu os estudos sobre a adoção dos conceitos de contabilização dos contratos de gestão baseados na NBC TG 07 - Subvenção e Assistência Governamentais e ITG 2002 (R1), e optou por reconhecer o saldo do contrato de gestão junto ao Ente Público, registrando em ativo circulante os valores futuros a receber dos serviços previstos em contrato, em contrapartida ao passivo circulante relativa a obrigação de execução do contrato pactuado. Considerando custo e benefício das divulgações, em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a Administração optou em não reapresentar o exercício de 2022, apresentados para fins de comparação nestas demonstrações financeiras, com a referida política contábil.

Para fins de evidencição, a seguir, a Administração apresenta os efeitos da aplicação da política, caso fossem reconhecidas ao exercício de 2022.

	31/12/2022	31/12/2022
	reapresentado	
ATIVO		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	15.331.107	15.331.107
Contas a receber	57.667.063	57.667.063
Estoques	12.914.676	12.914.676
Outros créditos	428.629	428.629
Despesas antecipadas	10.409	10.409
Partes relacionadas	-	-
Contratos de gestão	213.988.347	-
Total do Ativo Circulante	300.340.231	86.351.884
Não Circulante		
Contas a receber	1.815.174	1.815.174
Partes relacionadas	2.235.599	2.235.599
Outros créditos	740.731	740.731
Imobilizado - Próprio	53.847	53.847
Intangível - Próprio	1.595	1.595
Total do Ativo não Circulante	4.846.946	4.846.946
Total do Ativo	305.187.177	91.198.830
PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL		
Circulante		
Fornecedores	29.357.239	29.357.239
Obrigações trabalhistas	11.007.009	11.007.009
Obrigações sociais	2.115.475	2.115.475
Obrigações fiscais	465.006	465.006
Outras contas a pagar	5.378.340	5.378.340
Partes relacionadas	398.344	398.344
Contratos de gestão	213.988.347	-
Total do Passivo Circulante	262.709.760	48.721.413
Não Circulante		
Partes relacionadas	-	-
Total do Passivo não Circulante	-	-

7. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

a. Imobilizado - Próprio

	Aparelhos Med. e Cir.	Eq. Informática	Máquina e Equip.	Total
Em 31 de dezembro de 2022				
Saldo inicial	-	1.836	22.286	26.064
Aquisições	1.942	36.570	23.733	60.303
Transferências	-	-	-	-
Baixas	-	-	(23.313)	(23.313)
Depreciação	(235)	(5.402)	(3.570)	(9.207)
Saldo contábil líquido	1.707	33.004	19.136	53.847
Em 31 de dezembro de 2023				
Saldo inicial	1.707	33.004	19.136	53.847
Aquisições	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-
Depreciação	(235)	(8.027)	(2.308)	(10.570)
Saldo contábil líquido	1.472	24.977	16.828	43.277

b. Intangível - Próprio

	Software	Total
Em 31 de dezembro de 2022		
Saldo inicial	2.747	2.747
Aquisições	-	-
Transferências	-	-
Baixas	-	-
Amortização	(1.152)	(1.152)
Saldo contábil líquido	1.595	1.595
Em 31 de dezembro de 2023		
Saldo inicial	1.595	1.595
Aquisições	-	-
Transferências	-	-
Baixas	-	-
Amortização	(1.152)	(1.152)
Saldo contábil líquido	443	443

8. FORNECEDORES

	2023	2022
Materiais e medicamentos	4.032.211	4.637.858
Serviços	1.701.396	1.999.608
Serviços médicos	31.057.755	21.562.527
Diversos	1.715.908	1.157.246
Total	38.507.270	29.357.239

Patrimônio Social

Patrimônio social	4.848.943	4.848.943
Superávit (déficit) acumulado	37.628.474	37.628.474
Total do Patrimônio Social	42.477.417	42.477.417
Total do Passivo e Patr. Social	305.187.177	91.198.830

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2023	2022
Caixa em espécie	995	856
Banco conta movimento	-	-
Aplic. financ. de liquidez imediata	30.799.571	15.330.251
Total	30.800.566	15.331.107

As aplicações em Certificados de Depósito Bancário foram feitas em instituições de primeira linha no Brasil, com remuneração baseada nas taxas do Certificado de Depósito Interbancário-CDI e não possuem vencimento predeterminado, podendo ser resgatadas a qualquer momento pela Entidade, garantindo liquidez imediata. Os rendimentos estão atualizados pelo valor incorrido até a data do balanço. A manutenção do saldo da conta Aplicações financeiras de liquidez imediata é a garantia da administração em honrar seus compromissos de curto prazo com os fornecedores essenciais, para manutenção do funcionamento da unidade, bem como reserva social para honrar seus compromissos de longo prazo com seus colaboradores celetistas. **5. CONTAS A RECEBER** O montante refere-se a contas a receber de contrato de gestão, 001/2019/SES-AM, com a Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas, celebrando o 12º Termo Aditivo com validade até 30/09/2024.

	2023	2022
Circulante		
Contrato de gestão001/2019	79.132.758	57.667.063
Total	79.132.758	57.667.063
Não Circulante		
Contrato de gestão001/2019 (i)	1.815.174	1.815.174
Total	1.815.174	1,815.174

(i) O saldo de contas a receber não circulante refere-se a valores de períodos anteriores, em discussão para recebimento junto à Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas. O saldo é considerado recebível pela Administração, portanto não são consideradas provisões para perdas.

6. ESTOQUES

	2023	2022
Drogas e medicamentos	2.830.850	2.229.049
Materiais de uso do paciente	2.360.421	2.735.947
Fios cirúrgicos	314.380	86.445
Materiais de expediente e impressos	463.230	347.329
Dietas enterais e parenterais	411.357	403.838
Equipamento de proteção individual	218.127	245.230
Materiais de laboratório	1.856.895	1.044.179
Demais materiais	4.870.916	3.313.413
	13.326.176	10.405.430
Estoque cedidos pela SES/AM (i)	2.741.839	2.509.246
Total	16.068.015	12.914.676

(i) Refere-se a materiais adquiridos pela Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas e cedidos para utilização pela UPA. Estes valores serão descontados parcial ou integralmente de repasses futuros à Entidade, conforme descrito na nota explicativa 11. Não há itens considerados obsoletos, ou de baixa rotatividade que justifique constituição de provisão para perdas.

	2023	2022
Aplic. finan. de liquidez imediata	30.799.571	15.330.251
Contas a receber	80.947.932	59.482.237
Total ativos financeiros	111.747.503	74.812.488
Fornecedores	38.507.270	29.357.239
Total passivos financeiros	38.507.270	29.357.239

11. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	2023	2022
Empréstimo consignado à funcionários	277.179	250.270
Verba piso salarial da enfermagem (i)	439.065	-
Empréstimos materiais SES-AM (ii)	6.455.061	5.128.070
Total	7.171.305	5.378.340

(i) No ano de 2023, a unidade recebeu recursos destinados ao pagamento do piso salarial da enfermagem por meio do

Sistema Único de Saúde (SUS), conforme estabelecido na Lei 14.434/22, aprovada em 4 de agosto de 2022, que promoveu alterações na Lei Federal nº 7.498/86. No decorrer desse período, constatou-se a existência de excedentes desses recursos. Diante disso, a unidade tomará as providências necessárias para realizar a devolução dessas sobras, seguindo os trâmites estabelecidos nas normativas legais e contratuais. (ii) Refere-se a materiais adquiridos pela Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas e cedidos para utilização pelo Hospital. Estes valores serão descontados parcial ou integralmente de repasses futuros à Entidade, sendo classificados em passivo circulante, em virtude da expectativa da Administração de que seja realizado durante o exercício de 2024.

12. PARTES RELACIONADAS

	2023	2022
Ativo		
UPA 24H -CAMPOS SALES	3.356.151	2.235.599
Total Não Circulante	3.356.151	2.235.599
Passivo		
UPA 24H -CAMPOS SALES	593.742	-
SEDE ADMINISTRATIVA	380.000	398.344
Total Circulante	973.742	398.344

O saldo a pagar em 2023 no passivo circulante de R\$ 380.000 (R\$ 398.344 em 2022), corresponde aos serviços da gestão da Sede Administrativa, previsto em contrato de gestão.

13. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E DEPOSITO JUDICIAL a. Processos com prognóstico de perda provável

A Entidade é parte em ações judiciais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões Cíveis e Trabalhistas. A Administração, com base nas recomendações dos consultores jurídicos e na análise da evolução dos processos, considerou suficiente a provisão. Em 2023 foi constituída provisões referentes aos processos trabalhistas no montante de R\$ 1.002.658, além de provisões para processos cíveis no valor de R\$ 13.889, totalizando R\$ 1.016.547.

Provável

	2023	2022
Cível	13.889	-
Trabalhista	1.002.658	-
Total	1.016.547	-

b. Processos com prognóstico de perda possível Os processos classificados como de probabilidade de perda possível, pela Administração, amparada por seus assessores jurídicos, não estão reconhecidos contabilmente e montam os seguintes valores:

Possível

	2023	2022
Trabalhista	3.595.726	2.051.125
Cível	460.000	-
Total	4.055.726	2.051.125

14. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2023	2022
Serviços de gestão	(4.560.000)	(2.914.980)
Aluguel de máquinas	(1.855.262)	(800.447)
Telefone	(91.695)	(191.989)
Água e esgoto	-	(860.316)
Manutenção e conservação	(17.351)	(18.004)
Viagens e hospedagem	(487.286)	(187.428)
Provisão para contingências	(1.016.547)	-
Outros	(466.578)	(524.457)
Total	(8.494.719)	(5.497.621)

15. RENUNCIA FISCAL A Entidade aplica integralmente no País os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém escrituração regular de suas receitas e despesas, está imune do imposto de renda, da contribuição social e dos impostos estaduais e municipais de acordo com os dispositivos da Constituição Federal do Brasil - CF e Código Tributário Nacional - CTN. Atendendo ao disposto no item 27 - (C) do ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, em que a renúncia fiscal relacionada com a atividade deve ser evidenciada nas demonstrações contábeis como se a obrigação devida fosse, está sendo apresentado o quadro de impostos incidentes sobre as operações. O valor da isenção do recolhimento da Contribuição Patronal sobre a folha de pagamento e serviços prestados por contribuintes individuais, devido ao INSS e o valor da COFINS estão demonstrados, como se devidos fossem.

	2023	2022
Cota patronal/ Terceiros e RAT/SAT	17.802.945	17.400.116
INSS	17.802.945	17.400.116
COFINS	8.559.534	7.657.882
COFINS	8.559.534	7.657.882
Total	26.362.479	25.057.998

16. COBERTURA DE SEGUROS Em 2023, a cobertura de seguros foi determinada e contratada em base técnica que a Administração estima suficiente para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens e direitos.

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS A Entidade participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades e aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração dessas operações é efetuada mediante definição de estratégias de operação e do estabelecimento de sistemas de controles. Opera com diversos instrumentos financeiros, incluindo aplicações financeiras, recebimento de entes públicos e contas a pagar a fornecedores. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

	2023	2022
Aplic. finan. de liquidez imediata	30.799.571	15.330.251
Contas a receber	80.947.932	59.482.237
Total ativos financeiros	111.747.503	74.812.488
Fornecedores	38.507.270	29.357.239
Total passivos financeiros	38.507.270	29.357.239

18. GESTÃO DE RISCOS

A Entidade possui exposição aos seguintes riscos advindos de instrumentos financeiros

Continua...

Continuação...

i. Riscos de Liquidez As principais fontes de liquidez da Entidade derivam do saldo de caixa e aplicações financeiras, do fluxo de caixa gerado por suas operações tais como recebimento de repasses. A Administração da Entidade entende que tais fontes são adequadas para atender seus usos de fundos, o que inclui, mas se limita a capital de giro, pagamentos a fornecedores e prestadores de serviços. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações quando do seu vencimento, em condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de imagem à Entidade. **ii. Riscos de Crédito** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso

um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis do contrato de gestão. A Administração entende que o risco de crédito é monitorado de maneira adequada e frequente, uma vez que ao que minimiza as possibilidades de ocorrências de descumprimento. **iii. Riscos Operacional** A Administração manteve seu planejamento de atividades ao longo de 2022, relativo à preparação de sua estrutura para atender maior demanda de pacientes, executando as atividades com resguardo necessário de seus profissionais, clientes e fornecedores. A Administração acredita que o Hospital não possui risco de continuidade operacional.

19. EVENTOS SUBSEQUENTES Até a data de emissão destas demonstrações contábeis, o Contrato de gestão Contrato 001/2019 estava vigente, não sendo realizadas provisões adicionais ou contingenciais nessas demonstrações contábeis, com perspectiva da Administração de que seja renovada para nova Gestão do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH, após seu encerramento em 30 de setembro de 2024. Manaus - AM, 27 de Março de 2024.

Anderson Barros de Albuquerque
Diretor Executivo - CPF: 970.490.342-15
Joseph M. Feitosa Gomes - Contador CRC – AM
013291/O

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

A Diretoria do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH Hospital Delphina Rinaldi Abdel Aziz Manaus - AM **Opinião** Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH / Hospital Delphina Rinaldi Abdel Aziz, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do superávit, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, assim como das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH / Hospital Delphina Rinaldi Abdel Aziz, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis".

Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria** Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

• Provisão ou baixa de créditos com liquidação duvidosa A estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa e/ou reconhecimento da perda dos recebíveis com baixa perspectiva de recebimento envolve alto nível de julgamento por parte da Administração. A determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa ou baixa de recebíveis envolve a avaliação de várias premissas e fatores internos e externos, incluindo, mas não se limitando, aos níveis de incerteza de recebimento. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria** Nossos procedimentos de auditoria, incluíram, entre outros: (i) Análise das políticas de cobrança, renegociação e discussão junto ao ente público; (ii) entendimento sobre os controles gerenciais em validação aos descontos promovidos pelo ente público, bem como a avaliação do cumprimento de métricas contratuais e (iii) Análise sobre a perspectiva da Administração acerca do recebimento dos valores contratuais. Concluímos pela razoabilidade dos critérios e premissas adotados pela Administração para a determinação e classificação de parte do contas a receber junto a SES/AM como não circulante, os quais foram baseados na expectativa de êxito em negociação com o ente público.

• Provisões para riscos e passivos contingentes Conforme nota explicativa nº 13, provisão para contingências e depósitos judiciais, a Entidade possui processos, questionamentos ou assuntos relevantes acerca de questões cíveis e trabalhistas, cujos desfechos não estão totalmente sob seu controle. Considerando a complexidade do ambiente judiciário e a necessidade de julgamento crítico em relação a probabilidade de perda nestes processos, eventuais mudanças de prognóstico e/ou julgamento podem trazer impactos relevantes nas demonstrações contábeis. Sendo assim, a avaliação, mensuração e divulgação destas contingências foi considerado como foco de análises em nossa auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria para endereçamento dos riscos de provisão para contingências incluíram, entre outros: (i) envio de correspondência independente para os assessores jurídicos

responsáveis pelos processos da Entidade; (ii) avaliação de controles internos histórico da natureza dos processos e desfechos; (iii) Discussões com a Administração e seus assessores jurídicos sobre as premissas adotadas na definição dos prognósticos de perda dos processos representativos; (iv) obtenção de opinião legal dos assessores jurídicos, acerca de assuntos de alta exposição da Entidade; e (v) verificação da consistência das informações de resposta de assessores jurídicos com as informações e controles da Administração. Com base nos procedimentos aplicados, entendemos que os controles internos mantidos, bem como as estimativas utilizadas pela Administração, proporcionam uma base razoável e consistente com as suas conclusões, refletidas nas demonstrações contábeis. **Ênfases** Nossa opinião não está ressalvada em função dos seguintes assuntos: i) Conforme descrito na nota explicativa 2.4(c), chamamos a atenção ao fato de que o imobilizado utilizado nas operações da Entidade, será integralmente revertido ao poder concedente (Estado do Amazonas), quanto do término do contrato de gestão. Desta forma a Administração da Entidade não adota as determinações do Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC nº 27 - Ativo Imobilizado, não procedendo com a revisão da vida útil dos bens que compõem o ativo imobilizado, aplicando as taxas usuais, aceitas fiscalmente, para determinação da depreciação e amortização dos itens imobilizados e intangíveis. ii) A Entidade mantém transações relevantes com partes relacionadas, sendo os Hospitais sob gestão comum. Tais operações poderiam trazer efeitos diferentes no balanço patrimonial e resultado da Entidade, caso fossem realizadas com outras partes. iii) Chamamos a atenção ao fato de que a entidade tem faturado normalmente os serviços executados junto a SES/AM, entretanto, não vem recebendo os valores correspondentes. A Administração julga não haver fatores de perda na recuperabilidade de seu contas a receber, entretanto, apresenta superávits consecutivos não correspondentes ao caixa disponível para execução das demais atividades. **Outros assuntos** Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós e emitimos relatório de auditoria, em 27 de março de 2023, sem modificações. **Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade.

Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 27 de março de 2024.

PLANNERS AUDITORES INDEPENDENTES
CRC.SP. Nº. 2SP 14.712/O-2
Heitor Piovani
Contador CRC 1SP 331.721/O-0

Protocolo 172245